

ENSAIO

DA CAPTURA E COLONIZAÇÃO DE ABRIL PELA

«DESCOLONIZAÇÃO»

«Afinal, quem realizou a descolonização?

A descolonização portuguesa não tem autores. Ninguém assume a sua paternidade. (...) Ela já era irreversível em Junho de 1974, uma altura de falsa tranquilidade.

A resposta a esta pergunta é simples: ninguém. No início a descolonização foi vista como a página dourada onde homens como Spínola, [Mário] Soares e Almeida Santos sonhavam inscrever no topo o seu nome. Depois tornou-se no facto cuja autoria ninguém reivindica e cuja responsabilidade todos enjeitam. E, contudo, desde os primeiros momentos que estavam reunidos os elementos para que a descolonização fosse uma tragédia mais que anunciada». (Observador, Afinal, quem realizou a descolonização?, Ensaio, Helena Matos, 11 out. 2014)

«O principal fundador do PS [Mário Soares, Partido Socialista] diz-se ainda muito orgulhoso do que se fez com a descolonização. Tenho muita honra em ter participado nisso [na descolonização] activamente». (www.publico.pt, Público, Os três momentos mais polémicos na vida de Soares, Da descolonização «pura e simples» ao ódio dos retornados, Luciano Alvarez, 7 de Janeiro de 2017)

Falar de descolonização e da descolonização portuguesa em África é falar de uma ferida aberta que teima em não cicatrizar. É abordar um dialecto (do grego, διάλεκτος, que significa conversa, conversação, discussão por perguntas e respostas; empregue aqui no sentido do caleidoscópio – sentido figurado – opinativo de matizes distintas da língua padrão por diferenças na pronúncia, no vocabulário, na morfologia-gramática, na sintaxe e na semântica) que gera paixões, críticas, ódios e discussão ideológico-partidária acesa, de arrebatamento-êxtase, com o dedo apontado a políticos «culpados» e de desempenho «bestiaga» – o pulsar colonial –

Para Eckersley e Macaulay, a «gramática é a arte de colocar as palavras certas nos lugares certos», de importância fulcral na estrutura normativa do discurso e da comunicação.

A «descolonização» portuguesa foi um processo-movimento migratório de repatriamento dos maiores do século XX – uma tragédia nacional – de trauma colectivo para centenas de milhares de «retornados» cujo drama ecoa no tempo histórico presente. Com muitos deles a terem nascido fora de Portugal Continental, na Pátria do Portugal Colonial, não tendo para onde «regressar». A «integração» foi feita de vicissitudes e discriminação, tendo variado de acordo com a «cor da pele» (casos), de dificuldades na inclusão e em encontrar trabalho. Mesmo com a criação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) para ajudar na integração dos filhos da nação repatriados e de volta à metrópole-Mãe – a Pátria lusa – a Casa camoniana – Portugal – é uma página sofrida e de sofrimento da História do Portugal contemporâneo, mesmo passados 51 anos, mais de meio século de: «Não te lumbres de me esquecer, que eu não me esqueço de te lembrar» – vamos dissecar –

Com a «Lei da Descolonização», promulgada em 1974, é reconhecido o direito dos povos à auto-determinação; logo antes, com a Guiné-Bissau, unilateralmente, a declarar a independência em 1973; em 1975, seguiram-se Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, que se formaram-constituíram como novos países.

Falar-opinar de descolonização é vivenciar a axiologia e a catarse individual e colectiva da nação portuguesa, do império colonial perdido, da portugalidade colonizadora e dos povos africanos colonizados, de valores que se tocam nos extremos, do caos do processo de descolonização-capitulação, do «apressado político», desnorte e descontrolo, de perda de controlo-autoridade do Estado português em pleno processo revolucionário em curso (PREC), da fuga babilónica (com significância de desordenação, de desordem e confusão) – em dedicatória a um grande Amigo meu, do qual guardo o anonimato – que com apenas 11 anos, em fuga de Angola, e com uma G3 apontada-encostada à cabeça, viveu o inferno na Terra e que o marcou para a vida; «o retornado» cujo pai perdeu o «império construído em África», chegando a Portugal de mãos a abanar (com apenas 200 escudos no bolso), dois filhos menores e a mulher, com a roupa do corpo e o único bem que conseguiu salvar, um Ford Cortina, «a banheira» que permitiu atravessar a África do Sul e salvar a vida da família, perdida uma vida de trabalho e tendo de recomeçar de novo, com subsidio-dependência e enlatados, e já nos «enta» da idade – traído(s) e abandonados pelo Estado-governo português e obrigado(s) a fugir e a deixar tudo para trás – acolhidos pela família e que graças ao seu empreendedorismo e iniciativa própria relançou-reinventou a sua vida e o seu próprio negócio-sucesso pessoal no Portugal revolucionário dos anos 70.

É, a descolonização apressada e feita à pressa foi de pânico e medo para os ex-colonos, vulgo «retornados» das ex-colónias em África. Destruíu vidas e atormentou pessoas, portugueses de bem, que por contingências políticas se viram da noite para o dia «espoliados» dos seus bens e sobretudo das suas

vidas. Politicamente, a descolonização portuguesa foi um desastre, sem plano e coordenação, feita de descoordenação, precipitação e ideologia, de diletantismo (de desinteresse e descompromisso do Estado português em convulsão-Pátria), dor e lágrimas, de negação da luso-presença em terras de África, esquecida e abandonada. Facto de vergonha nacional, irresponsabilidade política e juízo-julgamento da cronografia (do grego, khronographía, memo-anais), de descrição das circunstâncias temporais – voltando ao meu Amigo, conhecemo-nos na escola, somos ambos sexagenários, e sou testemunha do preconceito e trato desigual – ideo-colono-acusatória. A ti «meu velho» aquele abraço de sempre!

Vamos neste ensaio-cogito (pensar com insistência), opinar e comentar criticamente, contextualizar historicamente, reflectir-dissertar sobre a mudança e dos cambiantes radicais da descolonização portuguesa, de efeito colonizante. Citar-situar, interpretar a História, fazer a purgação-catarsia e purificação da narrativa temporal de choque e perturbação do traumático «dossier da descolonização». Segue-se a nossa tese, exercício intelectual em que problemático-dissertamos acerca da captura e colonização de Abril pela – «descolonização» – em diferente abordagem reflexiva inovadora.

Sendo que Portugal depois de treze (13) anos de guerra colonial (1961-1974) foi a última potência colonial a perder-desistir do seu império pluricontinental (no caso português, além das ex-colónias-territórios africanos e do esquecido enclave de Cabinda, invadido e anexado por Angola e forças cubanas em 1975, com o alheamento de Portugal em relação aos tratados firmados no século XIX no sentido da auto-determinação e independência, não esquecer Timor-Leste e a declaração unilateral de independência pela FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) em novembro de 1975, a que se seguiu a invasão-anexação pela Indonésia, o caso particular de Macau e o longo processo de transição-administração para a China, e as guerras civis que entretanto rebentaram no Ultramar. Uma deriva da saída de cena da potência colonizadora, Portugal, da brutal pressão internacional descolonial (de crítica do colonialismo e das suas consequências, e que busca desconstruir as estruturas de poder colonial, a decolonialidade) e a entrega-deixa das possessões territoriais em África aos movimentos de resistência político-partidária e militar armadas: em Angola o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola); em Moçambique a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique); na Guiné e Cabo Verde o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), a destacar, entre outros movimentos e organizações. Portugal foi o primeiro império global da História.

«A nossa intenção era boa, mas a alteração do Programa, no próprio dia 25 [de Abril de 1974] na Pontinha [Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas – MFA], donde se retirou a referência ao direito dos povos à auto-determinação e independência, por acção do Spínola [e ultrapassados pelos acontecimentos, precipitação-indiferença, e pelos protagonistas político-

militares; sem calma, sem tempo, sem negociação, sem transição-presença, sem referendo, e sem autoridade de Estado], complicou tudo, explica o coronel Vasco Lourenço numa longa entrevista à historiadora Maria Manuela Cruzeiro, do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, e publicada em livro em 2009, Vasco Lourenço – do interior da Revolução». (<https://sicnoticias.pt/especiais>, 50 anos do 25 de Abril, 2024-04-14, 25 de Abril: o complicado e traumático «dossier» da descolonização)

Em pleno cenário-cena internacional de Guerra Fria, de mundo bipolar capitalista *versus* socialista, de geopolítica e ideologia com divisão em dois blocos militares antagónicos (Nato/Otan, Organização do Atlântico Norte, e Pacto de Varsóvia), com duas superpotências políticas e nucleares mundiais (Estados Unidos/EUA e União Soviética/URSS) e de crise-recessão económica mundial, com o choque da crise petrolífera de 1973-1978 (só entre 1973 e 1974, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, OPEP, mais que quadruplicou os preços do crude), de crítica nacional-interna e internacional-externa ao colonialismo – com toda esta conjuntura – a imediata concessão da independência às colónias foi de atropelamento e acelerou com a publicação no Diário da República da Lei 6/74, de 19 de Julho (cujo espírito e princípio consagra que a solução para as guerras no Ultramar é política e não militar, n.º 8, alínea a, do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas, MFA, que implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, ONU, o reconhecimento por Portugal do direito à auto-determinação dos povos), regime transitório, que refere a aceitação da «independência dos territórios ultramarinos» e que *mutatis mutandis* veio alterar toda a dinâmica descolonizadora atabalhoada e de atropelamento que se seguiu:

– Guerras civis em Angola e Moçambique entre os vários partidos armados beligerantes, com a morte-sangue de milhares de civis; a declaração de Vasco Gonçalves de que os povos têm direito à auto-determinação, «com todas as consequências, incluindo o direito à independência»; a Lei 7/74, de 27 de Julho (artigo 2.º, do reconhecimento do direito à auto-determinação, com todas as suas consequências, que inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação, termo jurídico que significa alteração, revogação de uma lei por outra lei) da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933, mantida transitoriamente em vigor «naquilo que não contrariar os princípios expressos no Programa do Movimento das Forças Armadas [MFA]»; o discurso do marechal António de Spínola dirigido ao povo português de «aquém e além-mar» e a referência à auto-determinação-descolonização como um processo que conduz à «independência dos povos»; as palavras de ordem: «nem mais um soldado para as colónias»; «nem mais um tiro» e «guerra ilegítima»; da ideologia fervilhante, do envenenamento ideológico, da quebra da cadeia de comando militar, com degradação-entrega das armas ao «inimigo» sem autorização superior, da indisciplina militar, da cumplicidade-subalternidade do poder político ao poder militar; o esquerdismo reinante, radicalizado,

insensato e imoderado que se vivia em Lisboa e nas ruas; «os órgãos de comunicação social [que] estavam todos na mão da esquerda; tirá-los da mão da esquerda não era fácil sem ser acusado de fascista como fui muitas vezes [Almeida Santos, pasta da comunicação social]»; foram realidades factuais que extremaram tensões e o espírito-discurso de independência e descolonização em modo «do pior possível», com o regresso a Portugal entre seiscentas a setecentas mil pessoas (600.000 a 700.000) e mais de um milhão de vidas afectadas pela fracassada e impactante «descolonização» mal feita, de pesadelo, melindre e politicamente um mega-falhanço, sem período de transição-paz negociada, sem cautelas e acautelamento nacional, de cancelamento abrupto de vidas, da autoridade e presença-poder administrativo de Portugal nos ex-territórios ultramarinos – a descolonização foi feita com leviandade política, em moldes-modo de «abandono bastardo» das populações-colonos pelo Estado português – em pecado de «lesa-Pátria» contra os povoadores portugueses e «desinteresse político nacional» em terras do império colonial.

Almeida Santos, ex-presidente do PS (Partido Socialista) e ex-presidente da Assembleia da República (AR) foi um dos protagonistas da descolonização, na qualidade de ministro da Coordenação Inter-territorial (o sucessor do anterior ministério do Ultramar). Fala que «houve condicionalismos», que «não tinha a decisão isolada, havia o MFA (...) que tinha os seus centros de decisão, nos quais eu não mandava. (...) Se em Portugal não existisse o clima político que existiu, todo ele propenso a um esquerdismo extremo a influenciar as decisões, a entusiasmar tudo o que era de esquerda, a condenar tudo o que era moderado, já não digo de direita. Fomos vítimas do clima que se vivia em Portugal, quer nas Forças Armadas quer no civil. [Fala de outro protagonista], a Comissão Nacional da Descolonização, que reunia para os problemas da descolonização, na Presidência da República; [referindo que] pôs-se à margem. Quando eu queria levar lá qualquer problema não encontrava eco. (...) O Governo, enquanto órgão, nunca quis saber da descolonização. (...) Quem mandou no processo de descolonização foi o MFA. [Ao reparo-afirmação da jornalista]: Quando se analisa o processo de descolonização, o discurso dos civis envolvidos é que aquilo [a descolonização] foi fruto da vontade dos militares. [Resposta de Almeida Santos]: Mas não tenha dúvidas nenhuma, quem mandou no processo de descolonização em relação aos principais processos foi o MFA. Não tanto em relação à Guiné, estava arrumado». [À afirmação-pergunta que/se não havia outra coisa a fazer «senão descolonizar»? A resposta]: Não havia outra coisa a fazer e mais: tive muita pena que não se descolonizasse depressa (...) era o melhor que havia a fazer». (www.publico.pt, Público, Entrevista a Almeida Santos, Quem mandou no processo de descolonização foi o MFA, São José Almeida, 10 de Abril de 2004)

Nem sequer chegou a haver pensamento político sério, ponderado, nem a ser realizado qualquer «referendo» às populações das colónias ultramarinas, não; pura e simplesmente – o abandono – o virar de costas de Portugal, do Estado português ao «além-mar», ao império colonial português (que chegou em tempos idos, a estender-se pela África, Ásia e América do Sul), às Descobertas, à nossa História e ao Povo luso-colonial. O deitar ao ostracismo o Povo português do Ultramar. Não contemplando quaisquer cenários alternativos de descolonização. Sem projecto, sem estratégia, sem planeamento, sem preparação e precaução, sem antevisão, sem foco, sem política-esforço de defesa dos interesses nacionais – nada, somente a entrega-dar as colónias –

Como observação sublinhada, a outorga, o deixar cair das colónias, e o abandono das massas populares lusitanas, com o humilhante regresso em fuga, o medo-pânico vividos e as cicatrizes para a vida; ponto final – de sublimação da não política – com a volatilização de todos os princípios éticos, morais, de indignidade e de morte da nobreza do exercício da política, cujo fim, objectivo e propósito é a pessoa humana, a condição humana e a responsabilidade pelo Outro, que aqui é a alma lusa-lusitana.

«Fosse então por falta de preparação, voluntarismo ou ingenuidade, Mário Soares e Almeida Santos ao apresentarem o fim da guerra [colonial] como algo ali ao alcance imediato das boas vontades e que só não acontecera antes por causa da teimosia dos dirigentes do regime deposto [a ditadura de 48 anos, António Salazar/Marcello Caetano e o Estado Novo] colocaram-se nas mãos dos homens com quem vão ter de negociar». (Observador, Afinal, quem realizou a descolonização?, Ensaio, Helena Matos, 11 out. 2014)

Na homenagem ao fundador do PS, Mário Soares, comemorativa do centenário, em sessão solene na Assembleia da República, a «descolonização» ideológico-politizada, afastou a direita da esquerda na evocação a Soares e ao soarismo: o actual líder do PS e putativo candidato a Primeiro-ministro, Pedro Nuno Santos, defendeu que «Mário Soares esteve sempre do lado certo das lutas em que tomou parte [e que] esteve também do lado certo na prioridade dada ao processo de descolonização»; já o deputado do CDS – Partido Popular – João Almeida, crítico, deu ênfase aquilo que considerou ser «o maior erro político» de Mário Soares, referindo: «os portugueses que, em 25 de Abril de 1974, viviam nos territórios ultramarinos (...) foram vítimas de uma descolonização apressada, desumana e irresponsável». André Ventura, líder do Partido Chega, sobre a descolonização, considerou ter sido «desumana e mal feita». Mais, Ventura, momentos antes, na rede social X, acusou Mário Soares de ser um «traidor» [no contexto da descolonização]; «citando, sem revelar fontes, frases alegadamente ditas por Soares, como: Em caso de emergência, atiremos sobre os colonos brancos». (www.dn.pt, Diário de Notícias, Descolonização afastou direita da esquerda na evocação a Mário Soares, Vítor Moita Cordeiro, 06 Dez 2024)

Mário Soares foi defensor da «independência pura e simples» das colónias ultramarinas, da «descolonização o quanto antes», sendo criticado pela sua pressa-sombra num dos momentos políticos mais polémicos que protagonizou e que lhe valeu a detestação-rancor dos «retornados». Pela pertinência, incisão histórica e concisão, objectividade e assertividade, vamos citar um excerto do Jornal Público, elucidativo e de encaixe-«puzzle»-retrato de adição ao nosso texto, a que acresce o paradigmático caso angolano, intitulado: «Da descolonização pura e simples ao ódio dos retornados», citando:

– «A 13 de maio de 1974, Mário Soares, numa entrevista à revista norte-americana Newsweek deixa clara a sua posição sobre o caminho a seguir nas ainda colónias portuguesas no Ultramar: “Devemos começar a trabalhar imediatamente para um acordo de cessar-fogo com os guerrilheiros. O general Spínola [então líder da Junta de Salvação Nacional e que dois dias depois se tornaria Presidente da República] conhece a nossa posição: é a independência pura e simples.

[Excer] A 16 de Maio [de 74] é nomeado pela Junta de Salvação Nacional o I Governo Provisório do(s) pós 25 de Abril, chefiado por Adelino da Palma Carlos [advogado, professor e político]. [Mário] Soares é ministro dos Negócios Estrangeiros [ministro do Exterior] e começa de imediato a ter encontros com os movimentos de guerrilheiros com vista a um cessar-fogo e ao início do processo de descolonização e independência.

[Esclarecendo, Mário Soares foi uma figura política decisiva e divisiva nos momentos-chave da descolonização, deixando um legado público de dramatismo-sombra e diletantismo (amadorismo) na forma como conduziu todo o processo «não negociado» de descolonização, com a ideologia patente que lhe subjaz na acção política e, quiçá, de preconceito crítico. Mais, como ministro do Exterior (Negócios Estrangeiros) do I Governo Provisório, quando a 6 de Junho de 1974 viajou com Otelo Saraiva de Carvalho para Lusaka, para um encontro-reunião com membros da Frelimo, a força independentista de Moçambique, o «abraço a Samora Machel», líder da Frelimo, traçou o padrão político que se seguiu. O «abraço de Lusaka» aconteceu com o conflito militar ainda a decorrer, o que mostra à saciedade a decisão política já tomada da rápida irreversibilidade da descolonização – de completo alheamento do drama humano nacional-colonial vivido no terreno – e desrespeito da vida humana dos portugueses civis e militares, brancos e negros, «traídos»].

[Excer] Contudo, a história completa do “abraço de Lusaka” mostra como a figura mais influente na viagem foi Otelo que, passando por cima do ministro Soares, prometeu ali mesmo (em nome do Movimento das Forças Armadas – MFA, a independência de Moçambique à Frelimo, assim como a promessa de que seria a Frelimo o único representante moçambicano reconhecido. O episódio mostrou a Soares que o presidente Spínola (que tinha outras ideias sobre as colónias),

[Portugal e o Futuro, Editora Arcádia, 22 de Fevereiro de 1974, livro-choque que desafiou a política ultramarina do Estado Novo, uma pedrada no charco] não era realmente quem mandava, mas sim o MFA – e que seria este a liderar o processo de descolonização rápida». (www.sabado.pt, Centenário do nascimento de Mário Soares, Mário Soares: 11 histórias do político mais importante da democracia portuguesa, Bruno Faria Lopes, 07 de dezembro de 2024)

[Voltando ao excerto-texto do Público] A pressa de Mário Soares para conseguir a «independência pura e simples» valem-lhe várias críticas: que não cabia a um governo provisório, mas sim ao que viesse a ser eleito pelo voto, tratar de algo tão importante; que se deveriam realizar referendos nos diversos países para os cidadãos decidirem o seu futuro; que havia outros processos de descolonização para além da independência «pura e simples».

[Excer] A 8 de Junho de 1974 os oficiais do MFA decidiram o cessar-fogo imediato no Ultramar. Estava definitivamente aberta a porta para a independência das antigas colónias portuguesas. Cerca de três meses depois (10 de Setembro de 1974) Portugal e o Partido Africano para a Independência da Guiné [Bissau] e Cabo Verde (PAIGC) ratificam [validam, autenticam, confirmam] o acordo para a independência da Guiné-Bissau. Este [novo] país é a primeira colónia portuguesa a conquistar a independência.

[Excer] No Alvor, Algarve, [Portugal], entre 10 e 15 de Janeiro de 1975, realiza-se uma cimeira para debater a independência de Angola. O Governo português (III Governo Provisório, com Vasco Gonçalves Primeiro-ministro e Mário Soares ministro dos Negócios Estrangeiros) e os três principais movimentos de libertação angolanos – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) – chegam a um acordo para a independência [da colónia], do [novo] país e ficam estabelecidos os parâmetros [critérios, normas, regras e princípios] para a partilha do poder [entre os movimentos de libertação angolanos]. Fica acordado o dia 11 de Novembro desse ano [1975] como a data da independência [de Angola]. Porém, pouco depois da assinatura do documento, os movimentos [angolanos] iniciam um conflito armado pelo controle do país. Começava a guerra civil em Angola. O mesmo aconteceu sucessivamente nas restantes colónias. As críticas a [Mário] Soares subiram de tom.

[Os protagonistas políticos e militares portugueses à época, no que ao dossier da descolonização diz respeito, não só «desbarataram» as colónias como, à falta de racional e racionalidade política pensante acautelada e precavida, de lógica, cálculo e previsibilidade, «foram promotores» involuntários das guerras civis ultramarinas que se seguiram, pelo «laxismo» e atitude moral de fugir ao dever «Portugaliano» e à «Lei Humana» de protecção do Povo português em terras de África, factos cabalmente demonstrados enquanto representantes da potência

colonizadora, de moralidade irresponsável, de condenação ética comportamental criticável e de reprovação da História].

[Excer] Desde meados de 1974 que alguns colonos [portugueses oriundos das colónias africanas] estavam a regressar à chamada “metrópole” [Portugal], mas é na Primavera/Verão de 1975 que, com as guerras civis cada vez mais violentas nas ex-colónias, fogem para Portugal milhares de colonos. Cerca de 600 mil pessoas, a maior parte de Angola e Moçambique. São os chamados «retornados». Muitos trouxeram apenas a roupa que tinham no corpo. Outros tiveram tempo para encaixotar e despachar alguns dos seus bens, que se acumularam junto ao Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa. Uma imagem que se tornou icónica no processo da descolonização.

[Excer] Muitos destes retornados apontam o dedo a Mário Soares, que, desde 25 de Abril de 1975, é Primeiro-ministro do I Governo Constitucional. Acusam-no de ser o “pai” de uma “descolonização selvagem”, o culpado de tudo o que perderam, de ter “vendido as colónias a Moscovo” [capital da Rússia e potência dominante à época, no tempo da ex-União Soviética/URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; com fortíssima influência e ligação à esquerda portuguesa, ao Partido Comunista Português, PCP, e ao seu líder carismático Álvaro Cunhal], de fazer a descolonização por “interesses pessoais” [opinando, de ideologia e preconceito, e não de salvaguarda dos interesses nacionais]. Ainda hoje se escrevem em blogues e sites na Internet textos de puro ódio a Mário Soares devido à descolonização de 1974/75.

[Excer] [Mário] Soares sempre assumiu o seu papel no processo e embora tenha afirmado várias vezes que foi “a descolonização possível”, nunca mostrou algum arrependimento pelo seu desempenho político [indigno e digno de rasgadas críticas]. “Enquanto estive [no exílio] em Paris [França] tinha tido muitos contactos com os africanos que lá iam, que me iam cumprimentar e diziam: O que é que se vai passar, como é que se vai passar? A minha primeira ideia era descolonizar. (...) Sem descolonização não se passaria nada, porque a guerra continuaria. E eu fui, de facto, a primeira pessoa que chegou a Angola e disse: Vocês vão ser independentes! Já era ministro dos Negócios Estrangeiros, diga-se”, afirma numa entrevista ao Deutsche Welle, canal público de informação da Alemanha, em 2014.

[Excer] Na mesma entrevista, questionado sobre as críticas dos retornados, Soares, polémico como sempre, diz: “Os retornados nunca perceberam que foi a sorte grande que lhes saiu. Nunca perceberam isso [confesso que também não percebo esta bondade-roleta soarista de virar a vida de centenas de milhares de portugueses de patas para o ar, de prejuízos materiais, de perda de afectos, de sonhos esboroados, da idiossincrasia luso-africana morta, de destino-fado e fim final plurissecular sofrido do império colonial, de fatalidade-mágoa e de uma política madrasta de pesadelo que arruinou tantas e tantas vidas nacionais].

[Excer] Vieram para Portugal em condições difíceis, é verdade. Porque se assustaram e fugiram [como?! A alta probabilidade e eminência de perder a vida assusta! O cenário é de guerra civil; fugiram para salvar a vida (...)] é que de facto não dá para perceber, de todo nem de modo algum a ligeireza, tal o desmando e tamanho o dislate, de um (ir)responsável político ao mais alto nível do Estado; surreal]. [Excer] Chegaram a trazer automóveis; outros nem isso, não trouxeram nada. E nós arranámos uma solução para lhes dar tudo. Demos-lhe dinheiro, casas (...) Fomos nós! Porque logo a seguir fui presidente do Governo e, por isso, dirigia esta questão” [tragi-caricato].

[Excer] O principal fundador do PS [Mário Soares] diz-se ainda “muito orgulhoso do que se fez com a descolonização. Tenho muita honra em ter participado nisso [na descolonização] activamente». (www.publico.pt, Público, Mário Soares, Os três momentos mais polémicos na vida de Soares, Da descolonização «pura e simples» ao ódio dos retornados, Luciano Alvarez, 7 de Janeiro de 2017)

Falar de descolonização também é falar do «provável imaginário popular», de informação manipulada e de contra-informação, de falsificação da notícia e de hipotética premeditação, de intoxicação da opinião pública, da (in)verdade a carecer de validação histórico-científica; falamos de alegadas notícias públicas em jornais, da alegada carta de Rosa Coutinho, de alegadas afirmações-expressões: alegadamente, uma carta de 1974, em papel timbrado da República portuguesa, de Rosa Coutinho a Agostinho Neto (presidente do MPLA, tornando-se em 1975 no primeiro Presidente de Angola), publicada no Público por António Barreto, na qual o almirante (Rosa Coutinho) depois de uma «reunião secreta com os camaradas do Partido Comunista Português [PCP]» ordenava ao presidente do MPLA (Agostinho Neto) para aterrorizar «os brancos [portugueses], matando, pilhando e incendiando». E exortava: «Sede cruéis sobretudo com as crianças, as mulheres e os velhos para desanimar os mais corajosos». (<https://aventar.eu>, Avenir, A. Pedro Correia, 02/06/2010)

Que José Pacheco Pereira contraria, desautoriza e desmente com o argumento de «falsificação». Citando: «Dado o clima que então se vivia, com as inerentes manobras de contra-informação, não me custa admitir que seja falsa. Rosa Coutinho interferiu decisivamente no processo independentista angolano e, ao ter escolhido e privilegiado o MPLA como interlocutor, tem, também, a sua quota parte de responsabilidade na guerra civil que se seguiu, concitando ódios de brancos e negros afectos a outras tendências. Até por isso, admito a possibilidade de falsificação». (<https://aventar.eu>, Avenir, Adenda, José Pacheco Pereira)

Outro exemplo, alegadamente: «Que se há-de fazer desses brancos [colonos portugueses]? E Mário Soares disse: Atirá-los aos tubarões! [Acerca do processo de descolonização, com foto de um avião e um militar, pessoas brancas e negras, adultos e crianças, de pé, em provável aeródromo, sacos de viagem e

mochilas no chão e às costas, e a legenda: «As vítimas do Sr. Mário Soares e seus cúmplices». (PORTUGALd'antigamente)

Feita a abordagem histórica clássica, avançamos agora para a nossa tese, de «nuance-graduação» consubstanciada com perspectiva de acréscimo de análise histórica, teorizando sobre a captura e colonização de Abril pela descolonização.

A ideia de «captura e colonização de Abril pela descolonização» é um conceito intrigante que merece uma análise aprofundada, e sobre a qual temos reflectido. Esta noção sugere que o processo de descolonização, paradoxalmente, acabou por «colonizar», no sentido de apropriar, de apropriação do significado e da narrativa, de sequência e consequência da revolução abrilista de 74, no contexto português de então e presentemente. Em análise detalhada, verificamos as seguintes ideias-*factum*:

- Na História e na política de Portugal contemporâneo, o simbolismo de Abril está presente; tem ligação directa intrínseca à Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974, que pôs fim ao regime ditatorial do Estado Novo. Este evento-acontecimento marcou o início de um processo de democratização nacional e, simultaneamente, acelerou-concretizou o processo de descolonização dos territórios ultramarinos portugueses.

- A descolonização como um processo-desígnio político nacional dominante; com o fim da Ditadura salazarista/marcelista, a descolonização tornou-se uma prioridade urgente, inevitável e incontornável. Sendo que as guerras coloniais transmarinhas (transoceânicas) foram um factor-maior e de determinante crucialidade para o descontentamento militar e civil crescente, de certas élites-cidadania, e de doutrina ideológica de esquerda socialista e comunista, com maior ou menor radicalização oscilante, que levou à revolução. Onde, a capital importância de descolonizar e do processo de descolonização, rapidamente e em força tornou-se (n)um dos aspectos-vectores mais marcantes e definidores do período pós-revolucionário.

- Reescrever a narrativa histórica; a reescrita da História. A descolonização não foi apenas um processo político e territorial de alienação-fim do império colonial, mas também e sobretudo, ao nível cultural e das mentalidades foi um processo ideológico e civilizacional. Houve um esforço consciente, de premeditação cónscia, para reinterpretar a História de Portugal, de desconstrução, desconstruindo o mito do «império glorioso» e pelo reconhecimento dos erros, excessos e injustiças do colonialismo português.

- Do simbolismo e da apropriação simbólica; empregamos aqui o conceito de «captura» como sugestão figurativa, de ideia que sugere que a «descolonização» se apropriou do simbolismo de Abril, tornando-se «ela própria e em si mesma» sinónimo de quase revolução. Mais, em muitas intervenções políticas públicas, discursos e comemorações, a liberdade perfumada dos cravos

de Abril de 74, figurativamente e consequentemente é associada à libertação dos povos anteriormente colonizados por Portugal, entretanto descolonizados, numa relação osmótica (do grego, osmós, de impulso), de causa-efeito, de significância política e social e de mentalidade nacional.

– A ideia de transformação da identidade nacional; a descolonização forçou-obrigou Portugal a redefinir a sua identidade nacional, a nossa idiossincrasia colectiva de passagem-vivência axiológico-valorativa nacional, passando de um passado histórico de um império colonial (pluricontinental e de assumpção de África) para um pequeno país europeu. Sendo que este processo político, mental e societal de redefinição identitária da nossa História ficou e está intimamente ligado às transformações iniciadas com a «abrilada revolucionária» de 1974 e do efeito descolonizador.

– Da discussão da complexidade do legado colonial e da responsabilidade histórica de Portugal; reflectir pessoal e colectivamente acerca da associação entre o facto político revolucionário – Revolução de Abril de 1974 – e a complexidade politicamente criada que a descolonização transportou: por um lado significa a ruptura com um passado opressivo; por outro lado, trouxe novos desafios como a integração-inclusão de mais de meio milhão de «retornados» e a afectação de mais de um milhão de vidas de concidadãos nacionais. Mais, trouxe a imposição-necessidade de ter de passar a lidar com o «trauma colectivo» de compatriotas nossos e da realidade histórica do fim abrupto do império colonial.

– A inevitabilidade do debate historiográfico; a nossa (singular-plural majestático) ideia-provocação de «colonização de Abril pela descolonização» também procura reflectir sobre um debate historiográfico de abordagem e de (re)interpretação deste período da nossa História, passados que são 51 anos. Os prós e contras: argumentando alguns que o foco excessivo e exponenciado na problemática da descolonização ofusca, pode ensombrar outros aspectos a destacar da revolução abrilista de 74, como a transição para a democracia, a liberdade, a condição europeia, etc. Acontece, porém, que a catarse pessoal e colectiva está longe de estar feita, estando presente no pulsar nacional – a grande família luso-camoniã e o Portugal planetário em introspecção –

– Do impacto nas relações internacionais de Portugal; sendo que a descolonização redefiniu o papel de Portugal no mundo com o fim do *status quo* do império colonial, e fez emergir uma nova realidade política e geopolítica, de um novo relacionamento com as antigas colónias, agora como países de língua oficial portuguesa – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, criada em 1996, em Lisboa, e constituída actualmente por nove (9) países membros: Angola, Brasil, Cabo verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, e de afirmação da Língua portuguesa no mundo. Onde, «Abril de 74» tornou-se não apenas um

símbolo de liberdade nacional interna, mas também um signo de emancipação-autonomização externa ex-colonial, e em simultâneo tornou-se ainda numa nova era das relações internacionais portuguesas, com um vínculo mais europeu, factos decorrentes do processo de descolonização.

– A noção histórica de memória colectiva; a forma como a descolonização «colonizou Abril» também encorpa, incorpora, reflecte e faz-se sentir na memória colectiva portuguesa. Sendo que as narrativas-crónicas deste e sobre este período da nossa História, frequentemente entrelaçam a «Revolução dos Cravos, da Liberdade e da Democracia» com o fim final do império colonial, criando uma memória histórica complexa, de complexidade de juízo valorativo e de escala axiológica, de contraditório político, social, intelectual, idiossincrático e identitário.

– A ideia-facto da necessidade de ressignificação contínua e continuada; no sentido-interpretação de «Abril» que continua a ser debatido e reinterpretado, com a descolonização a permanecer e em permanência ser um/o tema central das discussões. O que demonstra como a colonização *versus* descolonização são um processo dinâmico, evolutivo, em construção-desconstrução mútua e interactiva. De determinantes finais de matriz, e de modificação conjunta da realidade histórica conjuntural e estrutural – de estruturalidade relacional –

– A afirmação da descolonização ter colonizado a metrópole; ideia que é referente às mudanças demográficas, sociais, culturais, linguísticas, que ocorreram nas antigas potências coloniais após o fim dos respectivos impérios; é o caso de Portugal e do império colonial português com a «migração reversa», (revirada, oposta, e ao contrário). Após a independência das colónias, um número muito significativo de colonos-retornados e de habitantes nativos, autóctones das ex-colónias migraram para a metrópole (a capital, Lisboa); Portugal experimentou a chegada de centenas de milhares de imigrantes oriundos de Angola, Moçambique, Cabo Verde e de outros territórios africanos. Espalharam-se por todo o país, mas sobretudo nos grandes centros urbanos, Lisboa e Porto. Houve um retorno massivo, uma massa popular de colonos e seus descendentes, os «retornados», logo após a Revolução de 25 de Abril de 1974 e subsequente-consequente independência das ex-colónias africanas; os números oficiais variam, estimados entre as 500.000 a 700.000 (sendo que há referências a 800.000) pessoas que regressaram a Portugal num curto período temporal. Influxo que, aliás, representou quase 10% da população portuguesa da/na época, o que é significativo. Em termos sociais, a chegada repentina dos retornados em tão grande número causou desafios significativos em termos de alojamento-habitação, de empregos e de integração-inclusão social.

A realidade sociológica de influxo (estímulo-impulso) migratório que aconteceu com Portugal, e que na Europa teve paralelo, por exemplo, com o Reino Unido (império, caso da Índia, África, etc.) e com a França (África francófona).

Em termos sociais, resultou numa sociedade portuguesa mais diversificada, multicultural e multiétnica, perdendo a sociedade portuguesa parte da homogeneidade que a caracterizava anteriormente. Os retornados trouxeram consigo práticas culturais e experiências de vida que influenciaram a sociedade portuguesa – a «colonização retornada» da antiga metrópole –

– A colonização-influências civilizacionais trazidas pelos imigrantes das ex-colónias para a metrópole; as comunidades de imigrantes trouxeram novos elementos culturais que ganharam nodosidade (relevância): hábitos e costumes, elemento religioso e práticas de culto, indumentária «fashion»-moda africana), música e dança (massividade e popularização de estilos musicais e danças, como o kuduro e a kizomba), gastronomia (com a introdução de pratos e ingredientes africanos na culinária portuguesa), literatura (surgimento de autores luso-africanos que enriqueceram a literatura e a língua), etc.

– A proeminência das mudanças linguísticas na metrópole; com introdução no vocabulário da Língua portuguesa de palavras e expressões das ex-colónias; do português «falado-colonizado, africanizado», havendo uma maior consciência e valorização das variantes do português faladas no ex-Ultramar; falamos de simbiose-vínculo linguístico, com aculturação (fusão de culturas, que ocorre quando há contacto entre padrões culturais diferentes; resulta numa transformação cultural promovida pela externalidade factorial; os factores externos de valoração), e de endoculturação ou enculturação (o processo de aprender e internalizar-interiorizar os valores, normas e comportamentos que vão ocorrendo com a partilha-vivência ao longo da vida, vivida noutro país, e que acontece mais demoradamente ao longo do tempo; adoptar ou incorporar inconscientemente, introjectar). E ainda, a transculturação (é gradual e caracteriza-se pela adopção de formas e padrões culturais de uma cultura diferente, cujo *terminus* pode ser a aculturação, que é a fundição de duas ou mais culturas). O enfatizar-agregar da lusofonia com a criação de laços culturais e linguísticos de maior proximidade entre Portugal e as suas ex-colónias.

Fica a nota-parênteses de que a «lusofonia» em sentido lato, que se refere à qualidade de lusófono, que fala o português, seja como língua materna, oficial ou corrente, é a comunidade formada pelos povos-nações que compartilham a Língua e a cultura portuguesas, a marca civilizacional de Portugal no mundo: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Goa, Damão e Diu; diáspora e «Portugalidade».

– Em e da transversalidade analítica da descolonização; o deixar-focar e salientar das ideias de integração-inclusão com a criação de leis anti-discriminação, com políticas e programas de apoio e assistência para os recém-chegados, do regresso-retorno dos portugueses ultramarinos, do impacto económico e do contributo dos retornados, da modernização da economia e das parcerias económicas com as ex-colónias, especialmente com Angola.

– Da educação, do ensino, da memória histórica e das adaptações educacionais; com revisão dos currículos escolares, numa abordagem mais crítica sobre o império colonial e dos debates sobre como abordar o passado colonial; do legado histórico, dos museus e dos monumentos públicos.

– Recapitulando, «a colonização da metrópole pela descolonização» refere-se ao modo como a antiga potência colonial, Portugal, foi profundamente afectada pela presença-influência das populações das ex-colónias e ex-colonizadas; o que levou a uma maior diversidade e multiculturalidade da sociedade portuguesa, desafiando a noção tradicional uniforme de homogeneidade axiológico-cultural de identidade nacional. Mais, o «caso português» ilustra como a descolonização não apenas mudou as ex-colónias, como transformou a antiga metrópole e a redefinição nacional no período pós-colonial.

– Em remate final, concluir da ideia de que «a captura e colonização de Abril pela descolonização» nos dá uma perspectiva diferente e interessante de como os acontecimentos históricos, os eventos da História podem ser reavaliados, reinterpretados e ressignificados. Sendo de destacar a complexidade do processo de descolonização português, do seu impacto duradouro e perene nas vítimas e famílias, na memória colectiva, e do impactante reflexo na nova identidade nacional – o «efeito boomerang» do trinómio «colonização-descolonização-interactividade colonizadora» – faltando em todo o processo descolonizante regras e cânone, tempo, (não)negociação, (não)assertividade, e a troca da política infantil pela maturidade política.

Donde, o descolonizado que vem para a metrópole e coloniza o antigo colonizador – e tudo o «império» levou-colonizou, e tudo «Abril» descolonizou-trouxe – as antípodas que fecham o círculo do ciclo do império-colonial português.

A política nem sempre tem a lucidez-capacidade nem a inteligência de estar à altura do Povo que representa, faltando-lhe a sagacidade da decisão assertórico-afirmativa no momento histórico decisivo, com a descolonização portuguesa, nos moldes em que foi feita, a ser e a permanecer um capítulo controverso da nossa História.

Disse.

Professor do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Beja.

O autor escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico.

Carlos Almeida